

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

RAINT 2023



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

RAINT 2023

**BRASÍLIA - DF
2024**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
AUDITORIA INTERNA**

SGAS 604, Lote 23 - Procuradoria da República no Distrito Federal, 2º pavimento
Avenida L2 Sul, Brasília/DF CEP: 70.200-640

Procurador-Geral da República
Paulo Gustavo Gonet Branco

Auditor-Chefe
Ronaldo da Silva Pereira

Auditor-Chefe Adjunto
Eduardo Scozziero de Seixas

Chefe de Gabinete
André Felipe Flores da Silva

Diretoria de Auditoria de Gestão Administrativa
Michel Ângelo Vieira Ocké

Diretoria de Auditoria de Governança Institucional
Cláudio Lima Aguiar

Diretoria de Auditoria de Pessoal
Nelson Silva Lopes

Diretoria de Auditoria de Infraestrutura
Diogo Alves de Sousa

Assessoria Jurídica
Marília de Oliveira Telles

Assessoria Técnica
Flávia Alves Pacheco
Gabriela Gomes Rodrigues
Márcia Barros de Oliveira



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
AUDITORIA INTERNA

SGAS 604, Lote 23 - Procuradoria da República no Distrito Federal, 2º pavimento
Avenida L2 Sul, Brasília/DF CEP: 70.200-640

Missão

Adicionar valor e melhorar as operações do Ministério Público da União para o alcance de seus objetivos em prol da sociedade, por meio de orientação e avaliação sistemática e disciplinada de seus processos de governança, de gestão de riscos e de controle.

Visão

Ser órgão de excelência nas atividades de auditoria interna e parceiro no controle da gestão do Ministério Público da União.

Valores

Transparência, ética, imparcialidade, excelência, independência e inovação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
AUDITORIA INTERNA**

**SGAS 604, Lote 23 - Procuradoria da República no Distrito Federal, 2º pavimento
Avenida L2 Sul, Brasília/DF CEP: 70.200-640**

MENSAGEM DO AUDITOR-CHEFE

Servidoras e Servidores,

Mais uma vez, apresentamos o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, que destaca parte das atividades que foram executadas no ano de 2023 e vem se consolidando cada vez mais como uma prestação de contas da auditoria interna para o Procurador-Geral da República, unidades auditadas e toda a sociedade e demonstra o esforço dos servidores da Audin-MPU, desde os servidores das auditorias, aos pareceristas, apoio logístico, consultores, enfim, todos os servidores da Audin-MPU são incansáveis em seu árduo trabalho, muitas vezes tendo de entender um objeto extremamente novo, mas como muito zelo têm alcançado seu objetivo de mais bem servir a sociedade, agregando valor à instituição. Os trabalhos cada vez mais técnicos, mais profundos e mais inovadores têm sido uma regra nesta Audin-MPU e tenho dito, desde que assumi o honrado posto de direção desta auditoria interna, que sou apenas um gerenciador de talentos.

É inegável que a equipe da Audin-MPU é muito diferenciada, está muito acima da média de servidores do serviço público brasileiro e aqui temos não só servidores comprometidos, mas especialistas nas mais diversas áreas e cada vez mais surgem novos desafios e novos aprendizados que são rapidamente incorporados ao arcabouço intelectual que só com pessoas tão preocupadas com o serviço público podemos alcançar resultados ainda mais expressivos.

Temos um grupo pequeno para tantas demandas, tantas unidades auditáveis, tantas demandas de pareceres de todo tipo, desde as aposentadorias, vacâncias, provimentos etc. até os trabalhos de facilitação ou consultas diversas, são tantos processos a serem analisados, melhorados e tantas mudanças a serem incorporadas, muitas delas por demandas ou necessidades externas, que só tenho a agradecer ao empenho de todos.

Deixo meu muito obrigado a todos os servidores e colaboradores da Audin-MPU pelo trabalho, dedicação e aprendizado diário.

RONALDO SILVA

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. AÇÕES REALIZADAS	7
2.1. Ações de Fiscalização	7
2.1.1. Trabalhos previstos no PAINT de 2023	7
2.1.2. Trabalhos não previstos no PAINT de 2023	9
2.1.3 Atendimento a recomendações	10
2.2. Ações de Orientação	11
2.2.1. Pareceres em respostas às consultas recebidas	11
2.2.2. Pareceres sobre os atos de gestão de pessoas	13
3. FATOS RELEVANTES	15
3.1. Impactos Positivos	16
3.1.1. Reuniões com gestores e autoridades do MPU	16
3.1.2. Oficinas Internas de aprimoramento da Audin-MPU	16
3.1.3. Publicação de Documentos Audin-MPU em 2023	19
3.2. Impactos Negativos	22
4. RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	23
5. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS	23
6. PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE – PGMQ	29

1. APRESENTAÇÃO

A Auditoria Interna do Ministério Público da União – Audin-MPU exerce uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações do MPU. Busca, desse modo, auxiliar as unidades gestoras do Ministério Público da União a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

A elaboração do presente Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) de 2023 se propôs a adequar-se às regras do Manual do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual de Atividades (RAINT) elaborado pela Audin-MPU, que trouxe diretrizes em conformidade com um novo modelo de auditoria.

De acordo com o citado manual, o RAINTE conterá, no mínimo, em conformidade com o PAINT do ano anterior ao da sua elaboração, as informações que demonstram o quantitativo de trabalhos de auditoria interna realizados, as ações de capacitação implementadas, os fatos que impactaram positiva e negativamente a organização, na execução das auditorias e nos recursos, além do Programa de Gestão da Melhoria e Qualidade (PGMQ).

2. AÇÕES REALIZADAS

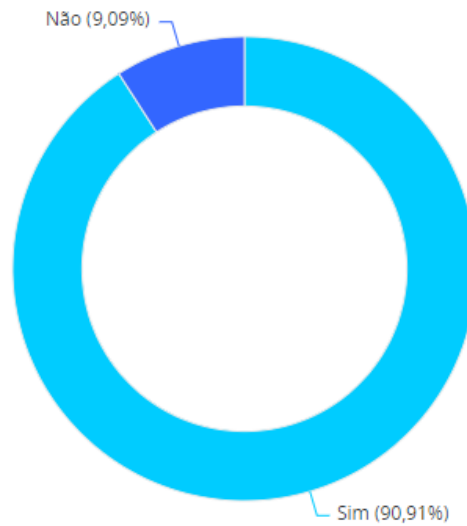
As ações realizadas na Auditoria Interna abrangem trabalhos de asseguarção nas áreas de gestão administrativa, governança institucional, pessoal e infraestrutura e se classificam basicamente em ações de fiscalização e ações de orientação.

2.1. Ações de Fiscalização

2.1.1. *Trabalhos previstos no PAINT de 2023*

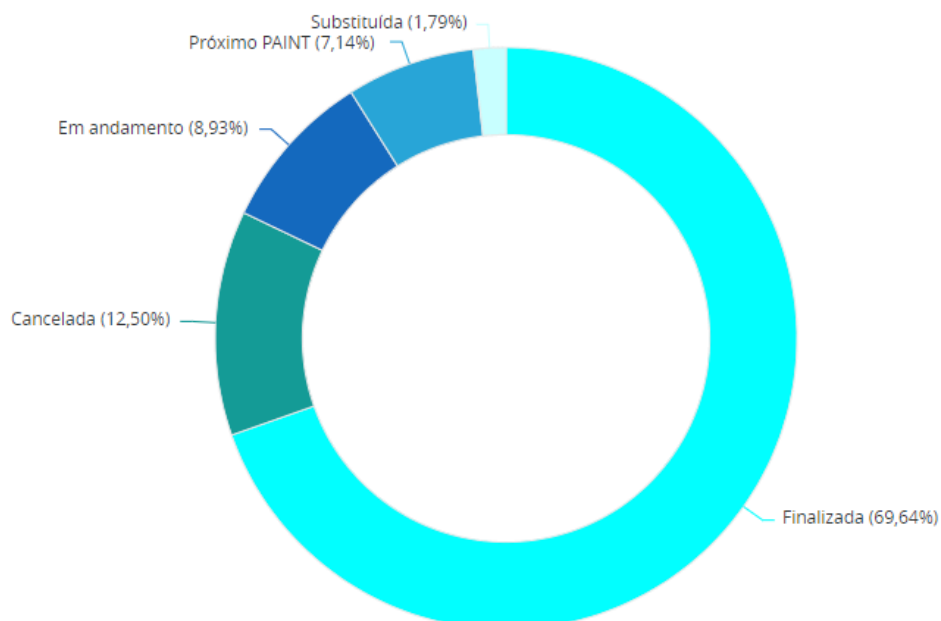
As auditorias realizadas em 2023 foram, na sua maioria, previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2023 (PAINT 2023). Dos 44 trabalhos realizados no exercício de 2023, 90,91% estavam previstos no PAINT 2023, conforme consta a seguir:

Previsão no PAINT



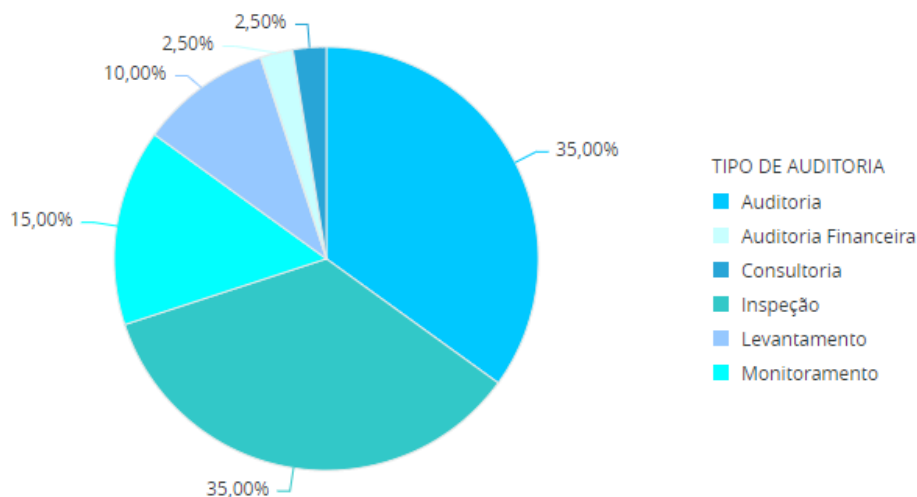
Dentre os trabalhos constantes no PAINT de 2023, 37 já foram concluídos, 7 foram cancelados, 1 foi substituída e 3 encontram-se em andamento, conforme gráfico a seguir:

Situação das Auditorias



Do total dos 40 trabalhos realizados, foram 14 auditorias, 14 inspeções, 6 monitoramentos, 4 levantamentos, 1 auditoria financeira e 1 consultoria.

Tipos de Auditorias



2.1.2. Trabalhos não previstos no PAINT de 2023

Os trabalhos não previstos no PAINT 2023 foram os seguintes:

DIVISÃO	PROCESSO/OBJETO DE AUDITORIA	TIPO DE FISCALIZAÇÃO
DIGEP	Gerenciar despesas de pessoal do MPDFT	Inspeção
DIGEP	Gerenciar despesas de pessoal do MPF	Inspeção
DIGEP	Realizar procedimentos disciplinares	Auditoria
DIOB	Gerenciar infraestrutura física, imóveis e edificações	Auditoria

As inspeções acima relacionadas foram concluídas no exercício de 2023. As auditorias ainda estão em andamento.

2.1.3 Atendimento a recomendações

A situação do atendimento às recomendações consideradas como monitoráveis¹, exaradas pela Auditoria Interna, por meio dos seus relatórios, é a seguinte:

RELATÓRIO	SITUAÇÃO				TOTAL
	AINDA NÃO MONITORADA	ATENDIDA	NÃO ATENDIDA	EM ATENDIMENTO	
9/2023				26	26
10/2023				4	4
13/2023	8				8
15/2023			3		3
19/2023	2				2
24/2023	1				1
26/2023	14				14
27/2023	22				22
28/2023	22				22
30/2023	12				12
32/2023	5				5
35/2023	3				3
36/2023	5				5
38/2023	6				6
39/2023	3	1			4
40/2023	9				9
41/2023	8				8
42/2023	4				4
46/2023				3	3
47/2023				2	2
TOTAL	124	1	3	31	156

Nota-se que, das 156 recomendações exaradas, somente 1 teve seu atendimento comprovado, conforme verificado por meio dos trabalhos de monitoramento desta Audin-MPU. Isso ocorre em virtude da necessidade de aprimoramento desse tipo de fiscalização. Encontra-se em fase de revisão do manual de monitoramento, cujo processo também se encontra mapeado, pendente de aprovação final. Além disso, não constam dessa análise os achados que já foram sanados durante os trabalhos de fiscalização.

¹ Recomendações monitoráveis são aquelas que são passíveis de monitoramento por parte da Audin-MPU, ou seja, que demandam alguma providência por parte do gestor.

2.2. Ações de Orientação

No desempenho de suas atribuições, a Audin-MPU exarou pareceres em respostas às consultas recebidas das unidades gestoras dos quatro ramos do MPU. Ademais, ao analisar os processos relativos aos atos de gestão de pessoas, elaborou também pareceres nos quais consta conclusão pela legalidade ou ilegalidade.

2.2.1. Pareceres em respostas às consultas recebidas

No que se refere às orientações emitidas nos pareceres da Audin-MPU em 2023, destaca-se a análise da incidência do Benefício e Despesas Indiretas (BDI). Nas contratações de serviços de engenharia é aplicável o BDI para materiais ou serviços não previstos, desde que os referidos itens venham a integrar a planilha de itens do objeto contratual. Assim, nos casos de regime de empreitada por preço unitário os itens sejam devidamente aditivados e, nos casos de empreitada por preço global, por esse regime considerar os riscos maiores já pagos pela administração, deve-se previamente avaliar a natureza da demanda, se já é suportada pelos riscos do BDI contratual e se justifica aditivo ou não.

Destaca-se também, a adoção de cláusulas contratuais que norteiam a administração sobre a aplicação do instituto do reajuste contratual. O gestor pode iniciar os procedimentos com vistas à implementação do reajuste sem que esta rotina importe na transferência ou mesmo redistribuição do ônus pela implementação do instituto. Em todo caso, i) caso a Administração inicie o processo de reajuste de ofício e a contratada concorde ou não se manifeste, o ato será realizado; ii) caso a Administração inicie o processo de reajuste de ofício e a contratada discorde das condições, a questão será solvida no curso do próprio procedimento, não havendo falar em perecimento da pretensão.

Nessa linha de raciocínio, entende-se que a administração pode iniciar, de ofício, procedimentos internos com vistas à concessão de reajuste nos contratos em que o instituto é aplicável, contudo, a concessão do direito à contratada depende de sua cientificação prévia. O ônus de iniciar os procedimentos instrutórios para o reajuste, ou mesmo a sua concessão propriamente dita, é obrigação da contratada que não deve ser assumido, de maneira geral, pela administração. A contratada deve suportar o ônus decorrente de sua

inércia quando a administração também não atuar com vistas à concessão do reajuste contratual.

Cabe ressaltar a apreciação acerca do enquadramento das contratações de serviços/fornecimentos, por dispensa de licitação, nos limites dos valores previstos nos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021. Sendo assim, na hipótese de obedecidos simultaneamente os pressupostos dispostos nos incisos I e II do § 1º do art. 75, é legítima a adoção da contratação direta em razão do valor. Nessa condição, entende-se que, para a aferição dos limites para a contratação de serviços/fornecimentos contínuos, na identificação da natureza temporal, acrescida ao texto da NLLC, considerar-se-á o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora com objetos de mesma natureza.

Também analisou a observância do teto constitucional no caso de recebimento simultâneo de proventos de aposentadoria de cargo civil, de reforma de militar inativo e de pensão civil. E se chegou à conclusão que, caso os proventos de aposentadoria e reforma recebidos pelo pensionista sejam acumuláveis, o limite remuneratório deve incidir sobre a forma da pensão e aquele de maior valor.

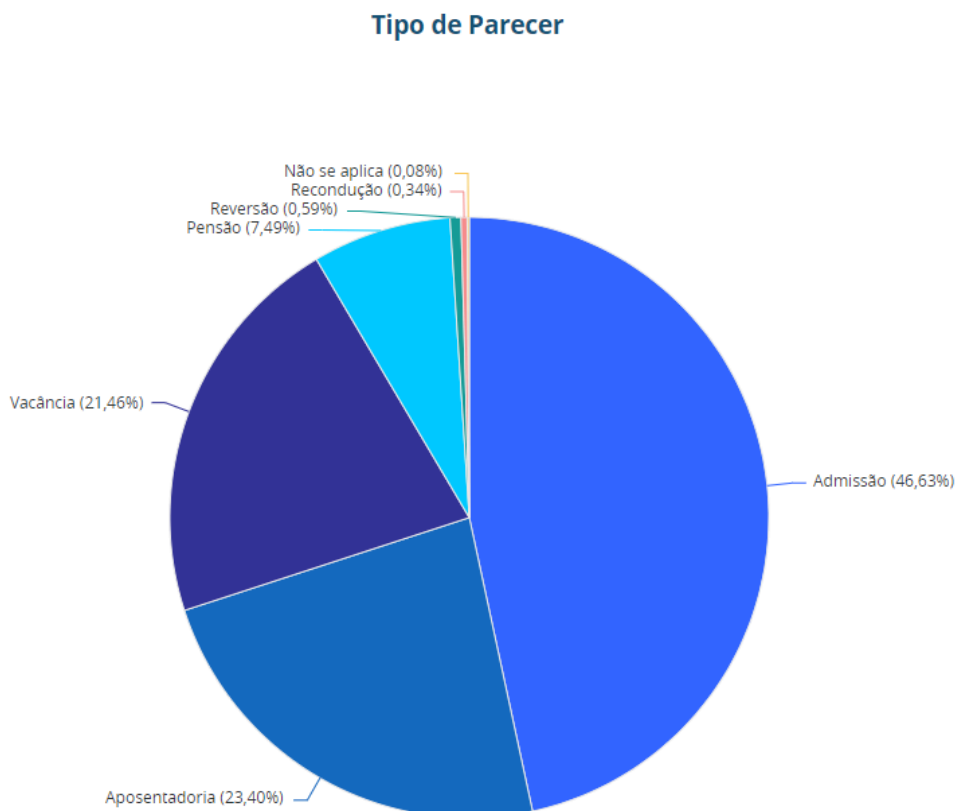
Cabe destacar que o Analista do MPU/Perito em Medicina do Trabalho é o profissional competente para a emissão do parecer médico-pericial conclusivo para o reconhecimento de tempo de atividade especial exercido por servidores ocupantes de cargos efetivos das Carreiras de Analista e Técnico do MPU, para fins de aposentadoria especial. Quanto à possibilidade de o Analista do MPU, com especialidade em medicina e o Analista do MPU/Perito em Medicina exararem parecer médico-pericial para tal finalidade, somente será possível caso possuam especialização em medicina do trabalho e não haja em seus quadros o Analista do MPU/Perito em Medicina do Trabalho.

Por fim, foi abordado que o adicional de insalubridade não pode ser concedido de forma generalizada a todos os ocupantes do cargo público, uma vez que a legislação veda o pagamento deste adicional nesses termos. É necessário, para tanto, analisar as circunstâncias de cada caso concreto, considerando as atividades desempenhadas, tempo de exposição a agentes insalubres, bem como as normas e regulamentos específicos aplicáveis à atividade exercida pelo servidor.

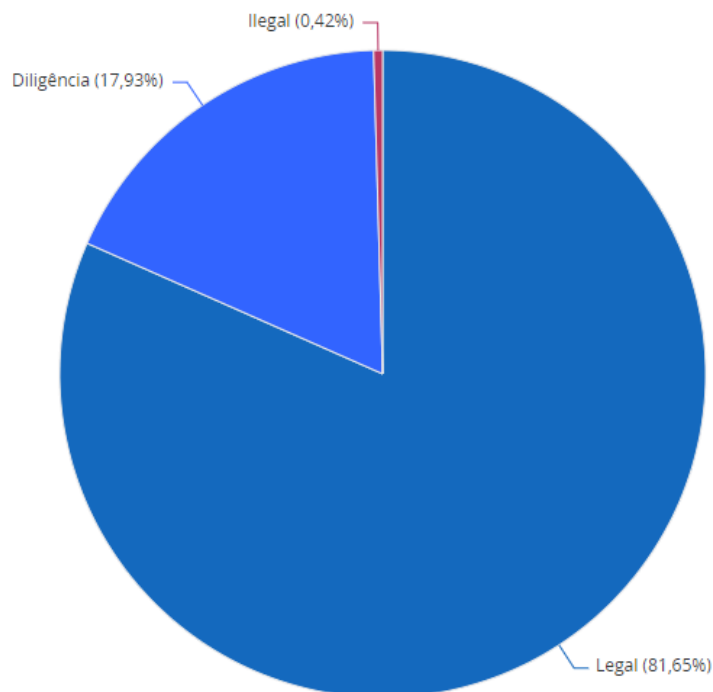
2.2.2. Pareceres sobre os atos de gestão de pessoas

Dando sequência aos trabalhos de análise de atos de gestão de pessoal e promovendo o acompanhamento e a verificação da legalidade das admissões, dos desligamentos e das concessões de aposentadoria e de pensão a membros e servidores, foram emitidos pareceres pela Audin-MPU sobre a legalidade dos correspondentes atos praticados pelos órgãos.

Entretanto, nos processos de reintegração, recondução, desligamento, reversão e demissão, não há propriamente emissão de parecer, pois o ato no TCU não passa pela Audin-MPU. Nesse caso, é realizada uma análise do processo e, caso seja identificada alguma falha, é enviada uma diligência para que a unidade corrija. Dessa forma, a linha "Outros", inserida na tabela a seguir, corresponde ao número de pareceres em que, na análise do processo, não foram identificadas incorreções, com a devolução dos respectivos processos administrativos eletrônicos - PGEA para as unidades de origem. Foram produzidos então 1188 pareceres referentes à análise de atos de pessoal, sendo 213 diligências, conforme demonstrado abaixo:



Conclusão



Como visto, entre as principais ações realizadas pela Audin-MPU, têm destaque os pareceres emitidos, como ações efetivamente preventivas, e a realização das auditorias, seguidas pelos demais produtos gerados, conforme se vê a seguir:

PRODUTOS GERADOS	QUANTIDADE
Relatórios de Auditoria	13
Relatório de Auditoria Financeira	1
Relatórios de Consultoria	1
Relatórios de Inspeção	14
Relatórios de Levantamento	4
Relatórios de Monitoramento	3
Notas Técnicas	2
Informações	8
Pareceres de consultas emitidos	27
Pareceres de atos de pessoal emitidos	1188

3. FATOS RELEVANTES

Em atenção às regras contidas no Manual do PAINT e RAINTE da Audin-MPU, cumpre registrar os fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias.

3.1. Impactos Positivos

3.1.1. Reuniões com gestores e autoridades do MPU

No exercício de 2023, o Auditor-Chefe reuniu-se formalmente em 46 ocasiões, com gestores e autoridades de diversas unidades gestoras do MPU, de unidades de auditoria interna de vários órgãos da administração pública federal. Assim, foram estreitados os laços com órgãos de controle interno e externo, trocando experiências e expectativas. Além disso, em relação ao MPU, interagiu a respeito de aspectos importantes, com vistas à melhoria do desempenho e da otimização dos gastos públicos nas unidades com a participação em diversos eventos.

3.1.2. Oficinas Internas de aprimoramento da Audin-MPU

Nos meses de março e maio de 2023, foi realizada a Oficina “Regulando as Engrenagens”. Os encontros, que contaram com a participação da maioria dos servidores lotados na Audin-MPU, partiu da análise de pesquisa interna e buscou identificar soluções voltadas para as rotinas dos servidores de forma participativa.



Servidores da Audin/MPU reuniram-se em oficina interna para aprimorar fluxos de trabalho

Publicado em: 24/03/2023

Iniciativa do encontro presencial partiu de análise de pesquisa interna e buscou identificar soluções voltadas para as rotinas dos servidores de forma participativa



LeoBark/SECOM/MPF

Cerca de 50 servidores da Auditoria Interna do MPU (Audin/MPU) participaram, nesta semana, da oficina "Regulando as Engrenagens". A equipe da auditoria esteve presente na terça-feira (21) e na quinta-feira (23), na Escola Superior do Ministério Público do MPU, para discutir processos de trabalho, mapeamento de pontos de melhoria, estratégias de comunicação interna, boas

práticas, além entre outros assuntos voltados para a técnica de elaboração de documentos.

A iniciativa da oficina partiu da análise do resultado da 2ª Pesquisa de Satisfação, aplicada internamente. O encontro serviu para que os servidores pudessem trazer contribuições para os processos organizacionais, de forma a aprimorar a relação entre trabalho e qualidade de vida.

A oportunidade de reunir presencialmente toda a equipe para o alinhamento de expectativas com relação às demandas dos setores também foi fator determinante para a idealização do encontro, afirmou o auditor-chefe, Ronaldo Pereira.

No primeiro dia, houve dinâmica de apresentação e integração, análise da pesquisa, espaço aberto para apresentação de problemas e proposição de soluções, além de troca de boas práticas entre os participantes. Na quinta, os servidores puderam discutir a elaboração dos principais documentos técnicos produzidos pela Audin/MPU.



Servidores da Audin/MPU reuniram-se em oficina interna para aprimorar fluxos de trabalho

Notícias Em Destaque 28 Março 2023

Iniciativa do encontro presencial partiu de análise de pesquisa interna e buscou identificar soluções voltadas para as rotinas dos servidores de forma participativa



Cerca de 50 servidores da Auditoria Interna do MPU (Audin/MPU) participaram, nesta semana, da oficina "Regulando as Engrenagens". A equipe da auditoria esteve presente na terça-feira, 21, e na quinta-feira, 23, na Escola Superior do Ministério Público do MPU, para discutir processos de trabalho, mapeamento de pontos de melhoria, estratégias de comunicação interna, boas práticas, além entre outros assuntos voltados para a técnica de elaboração de documentos.

A iniciativa da oficina partiu da análise do resultado da 2ª Pesquisa de Satisfação, aplicada internamente. O encontro serviu para que os servidores pudessem trazer contribuições para os processos organizacionais, de forma

Após uma colaboração abrangente, foram estabelecidos os fluxos de processos para fornecer uma visão clara e transparente das práticas de auditoria, apresentados com os devidos ajustes na 2ª etapa da oficina.

2ª OFICINA – AUDIN MPU
REGULANDO AS ENGRENAGENS
Trabalho individual conquista vitórias.
Trabalho em equipe constrói legado!

Parabéns por este legado!

Equipe
AUDIN
Auditoria Interna do MPU

A oficina interna foi uma oportunidade para reunir a experiência e o conhecimento da equipe de auditores. Por meio de discussões e compartilhamento de melhores práticas, foram identificados os pontos de aprimoramento dos processos em áreas específicas.

Na sequência, foi oferecido workshop presencial e outro online aos servidores, visando facilitar o uso do sistema Único no dia a dia, conforme versão atualizada do Manual do Único da Audin-MPU.

3.1.3. Publicação de Documentos Audin-MPU em 2023



No intuito de expandir a contribuição efetiva da Audin-MPU na melhoria dos processos e resultados do MPU, foi elaborado o Manual de Consultoria para a implementação dos serviços, com base no compromisso da atual gestão de buscar a convergência das normas e práticas de auditoria interna governamental exercidas no âmbito do MPU às normas, modelos e boas práticas internacionais de auditoria do *International Professional Practices Framework (IPPF)*, promulgadas pelo *The Institute of Internal Auditors (IIA)*.

Em síntese, o serviço de consultoria visa a identificação, em parceria com a Unidade demandante, de possibilidades de soluções mais adequadas à adoção ou ao aprimoramento de boas práticas administrativas relacionadas a assuntos estratégicos à atuação do órgão.



O objetivo desta cartilha é apresentar, de forma consolidada, o entendimento da Audin-MPU sobre os temas relevantes na contratação de Sistemas Fotovoltaicos no âmbito do MPU. O trabalho foi elaborado considerando normativos e diretrizes técnicas aplicáveis para este tipo de objeto e as práticas identificadas nas Unidades do MPU durante o trabalho que resultou no Relatório de Levantamento AUDIN-MPU nº 36/2022.



O objetivo desta Cartilha é apresentar, de forma consolidada, as principais orientações e recomendações desta Audin-MPU resultantes dos trabalhos de auditoria destinados a avaliar a qualidade de atividades, processos, instrumentos e resultados compreendidos nos sistemas estruturantes de Gestão Estratégica existente em cada um dos ramos do Ministério Público da União.



Adicionar valor e melhorar os seus processos de trabalho no âmbito do MPU foi o intuito da Audin-MPU ao lançar o Manual de Inspeção. Esse instrumento de avaliação é recomendado quando há necessidade de avaliações céleres sobre, por exemplo, execução contratual, atos em licitação, formalidades em contratos (ou congêneres) aquisições de bens e serviços, verificação de patrimônio e almoxarifado em relação aos aspectos qualitativos e quantitativos.



Mediante a Portaria PGR/MPU nº 184/2023, foi aprovado pelo Procurador-Geral da República o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Ministério Público da União.

O ato, que visa promover maior independência e objetividade aos auditores, atende à recomendação do Tribunal de Contas da União no Acórdão TCU nº 875/2022 – Plenário, com objetivo de fortalecer a aderência da Audin-MPU aos padrões internacionais de auditoria interna.



Visando contribuir na temática relacionada às ações de sustentabilidade no Ministério Público da União, a Cartilha ESG e Gestão Pública se propõe trazer alguns tópicos relevantes e relacioná-los a possíveis aplicabilidades na esfera governamental.

O conteúdo foi consolidado a partir de estudos e de conteúdos compartilhados no Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle Interno – Auditores como Propulsores de ESG, ocorrido em Maceió – AL, de 9 a 11/08/2023, e no 2º Fórum de Governança da Controladoria Geral do Distrito Federal: Implantação, Resultados e Expectativas, ocorrido em Brasília – DF, no dia 22/08/2023, nos quais participaram membros das equipes da Divisão de Consultoria e da Divisão de Auditoria de Planejamento, Orçamento e Riscos.

3.2. Impactos Negativos

No que se refere aos atos relevantes que impactaram negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias, podemos citar o grande número de unidades passíveis de auditoria, 64 (sessenta e quatro), e a insuficiência de mão de obra para o devido fortalecimento das ações de controle e para o bom andamento das auditorias a serem realizadas.

O crescente aumento das demandas na Audin-MPU, seja internamente seja por demandas externas, provenientes do Tribunal de Contas da União ou de cidadãos que solicitam que a Auditoria Interna verifique certas situações, tornam a quantidade de servidores nesta Unidade de Auditoria Interna insatisfatória para o atendimento de tais demandas, ressaltando a necessidade de compor e reforçar o quadro desta Audin.

4. RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Não houve recomendações/determinações do Tribunal de Contas da União à Auditoria Interna do Ministério Público da União no exercício de 2023.

5. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS

Os cursos de capacitação da equipe da Audin-MPU no ano de 2023 totalizaram 3.947 horas, atendendo à exigência de no mínimo 40 horas anuais de capacitação para cada auditor. Dessarte, agregou-se conhecimento e implementaram-se inovações aos trabalhos realizados, conforme apresentado na tabela a seguir:

TEMAS	QTDE	CH (H)	CH TOTAL (H)
3º dia - Semana do Conhecimento do MPF - Janelas do Conhecimento	2	4	8
A Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime Próprio e Regime de Previdência	2	30	60
Acesso à Informação	1	20	20
Análise de balanço aplicada a perícia contábil para verificação da capacidade econômica de empresas prestadoras de servi	1	16	16
Análise de dados como suporte à tomada de decisão	1	30	30
Análise de dados: uma leitura crítica das informações	1	23	23
Aposentadoria e pensão de Servidores: Atualizações conforme Emenda 103/2019	1	25	25
Aposentadoria e pensão de servidores: atualizações conforme emenda 103/2019 (turma jan/2023)	1	25	25
Apresentação do Sistema Cosmos MPU	3	6	18
Assédio Moral - o que saber e fazer	1	12	12
Atividade Correccional - visão geral	1	25	25
Atuação do MP em favor das pessoas com deficiência	1	30	30

TEMAS	QTDE	CH (H)	CH TOTAL (H)
Atuação dos profissionais da rede de acolhimento e atendimento social das vítimas de trabalho escravo	1	30	30
Auditoria Baseada em Risco - etapa I	1	25	25
Auditoria Baseada em Risco - etapa II	1	25	25
Auditoria Contábil com foco na detecção de fraudes (presencial)	2	24	48
Auditoria de Gestão Documental: prepare-se para ser auditado (turma set/2023)	1	25	25
Auditoria Independente: Conceitos, Processos e Obrigatoriedades	1	4	4
Auditoria Interna na Perspectiva Governamental e a Ferramenta de Maturidade IA-CM	1	20	20
Auditoria Operacional	2	60	120
BIM - Conceituação Básica	1	16	16
BIM - Fluxos de Trabalho	1	16	16
BIM - implantação	1	16	16
BIM - Projetos, Planejamento, Orçamentos e Contratos de Construção	1	16	16
Como pagar menos imposto de renda com previdência privada	1	2	2
Conbrai 2023	9	16	144
Congresso brasileiro de auditoria e controle interno - Cobaci. Auditores como propulsores de ESG.	1	24	24
Conhecimentos básicos da lei nº 14.133/2021	1	55	55
Consultoria em Auditoria	2	20	40
Contratações Diretas na Nova Lei de Licitações	2	30	60
Contratações Públicas do Ministério Público da União	1	20	20

TEMAS	QTDE	CH (H)	CH TOTAL (H)
Contratações Públicas no Ministério Público da União (Uma abordagem à luz da Lei nº 14.133/2021 - Módulo Prático)	1	55	55
Controles na Administração Pública	2	30	60
Criatividade e Novas Tecnologias para facilitar o seu dia a dia no trabalho	1	10	10
Curso de contabilidade aplicada ao setor público via SIAFI operacional e SIAFIweb	7	24	168
Curso de Língua Estrangeira - Francês	1	60	60
Data Analytics	9	16	144
Design Thinking Aplicado: como inovar no MP	1	24	24
Direito Eleitoral - turma 1	1	40	40
Direitos fundamentais, inteligência artificial e governança algorítmica	1	6	6
EAD - 2ª Semana de Inovação da ESMPU - 15/06	2	3	6
Elaboração de Relatórios de Auditoria	2	24	48
Elaboração de Termos de Referência para contratação de bens e serviços na Nova Lei de Licitações	1	20	20
Elaboração e aplicação de penalidade na nova Lei de Licitações e Contratos	1	12	12
Encontro Nacional de Obras Públicas, Serviços de Engenharia e Manutenção Predial	4	24	96
E-social para Órgãos Públicos - RPPS	1	20	20
Estratégias de Produtividade: clareza, propósito e priorização de tarefas	1	25	25
Ética e Administração Pública	1	40	40
Ética no Serviço Público	1	200	200
Fiscalização de Projetos e Obras de Engenharia	1	40	40
Formação de Pregoeiro - visão geral	1	30	30

TEMAS	QTDE	CH (H)	CH TOTAL (H)
Formação de Tutores	1	10	10
Formação facilitadores de aprendizagem	1	40	40
Fundamentos da integridade pública: prevenindo a corrupção (turma set/2023)	1	25	25
Fundamentos de Excel	1	3	3
Gestão de Riscos	2	12	24
Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Privacidade	2	40	80
Gestão de Riscos no MPF	1	20	20
Gestão por Competências	1	40	40
Gestão Tributária de Contratos e Convênios	1	24	24
<i>Google Day - overview</i> das ferramentas do Google workspace	6	1,5	9
Informática básica aplicada	2	180	360
Inovação em gestão de processos (sem tutoria)	2	35	70
Inteligência Artificial na prática: machine learning	1	50	50
Introdução à Auditoria de Obras Públicas	1	30	30
Introdução à Ciência de Dados 3.0	1	12	12
Introdução à Gestão de Riscos (Turma MAR/2023),	1	40	40
Introdução ao Controle Interno	1	40	40
Introdução ao Excel	1	25	25
Investigação de fraudes corporativas	1	8	8
ISSQN- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza "alterações decorrentes da Lei Complementar 175 /2020 e Obrigações Ac	1	1	1
Licitação e Contratos Administrativos à Luz da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) 2023	1	80	80

TEMAS	QTDE	CH (H)	CH TOTAL (H)
Mapeamento e Melhoria de Processos Organizacionais 2023	1	12	12
Maratona da Educação Financeira - carteira de investimentos	2	2	4
Maratona da Educação Financeira - planejamento financeiro	2	2	4
Maratona da Educação Financeira - proteção patrimonial	1	2	2
Matemática Financeira	1	20	20
Módulo colaboração com Google Drive e Documentos Google	6	1,5	9
Módulo comunicação com o Google Workspace	10	1,5	1,5
Módulo mensageria com o Google Workspace	1	1,5	1,5
Noções de orçamento e despesa pública (sem tutoria)	2	40	80
Normas Internacionais de Auditoria Financeira - NIA	1	40	40
Nova Lei de Licitações e Contratos: Aspectos Gerais e Pontos de Atenção	2	40	80
Nova Lei de Licitações: visão geral	3	10	30
Auditoria Interna na Perspectiva Governamental e a Ferramenta de Maturidade IA-CM	1	20	20
Nova Lei de Licitações e Contratos: aspectos gerais e pontos de atenção	1	40	40
Os impactos da pandemia do coronavírus nas relações de trabalho	1	30	30
Papéis de Trabalho em Auditoria Interna Governamental	2	16	32
Português jurídico	1	60	60
Prestação de Contas Anual da Administração Pública - Presencial	1	4	4
Processo de Auditoria Baseado em Riscos	1	20	20
Projeto encontros da cidadania - ciclo de webinários "o movimento migratório e os desafios da prevenção de atrocidades"	1	2	2
Proteção de dados pessoais no MPF (atualizado 2023)	1	30	30
Proteção de Dados Pessoais no Setor Público	1	15	15

TEMAS	QTDE	CH (H)	CH TOTAL (H)
Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - antes, durante e pós pandemia	1	30	30
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - NBC TG 25	1	4	4
Segundo diagnóstico nacional de QVT	1	15	15
Segurança em Tecnologia da Informação	1	12	12
Semana da Inovação	2	30	60
Semana do Servidor: Curso de defesa pessoal - turma mista - 24/10	1	4	4
Seminário Escravidão, Gênero e Raça	1	6	6
SIAFI básico	2	35	70
Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR	1	20	20
Suprimento de fundos e cartão de pagamento	1	20	20
Temos que dar aulas remotas...e agora?	1	10	10
Termo de Execução Descentralizada: Visão geral e Atos Preparatórios	1	10	10
Valoração econômica de impactos e danos socioambientais	1	30	30
VII Fórum Nacional de Controle: Desenvolvimento Sustentável e o Controle	2	12	24
Webinário 2 - xenofobia e discurso de ódio como fatores de risco	1	2	2
Webinário 2023 - 5 anos da LGPD – em busca do equilíbrio entre privacidade e transparência	1	3	3
TOTAL DE HORAS			3.947

6. PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE – PGMQ

De acordo com o Manual do PGMQ - Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Audin – MPU, instituído por meio da Portaria AUDIN-MPU nº 8, de 16 de outubro de 2020, os objetivos do Programa são:

- a. Medir se a Audin-MPU está alcançando seus objetivos;
- b. Promover a melhoria contínua dos processos de trabalho da auditoria interna;
- c. Auxiliar na identificação das necessidades de capacitação dos seus servidores;
- d. Avaliar a conduta ética e profissional dos seus servidores;
- e. Consolidar e fortalecer a imagem da Audin-MPU;
- f. Avaliar se a forma de realização do trabalho da auditoria interna agrega valor aos processos do MPU;
- g. Alcançar no mínimo o “Nível 3 – Integrado” da capacidade progressiva do IA-CM;
- h. Identificar em que posição relativamente a outros órgãos de auditoria se encontra a Audin-MPU, buscando incorporar experiências de sucesso e
- i. Promover o compartilhamento de experiências de sucesso a outras unidades de auditoria.

O PGMQ será implementado por meio de avaliações internas e externas de qualidade, assim consideradas:

I - Avaliações internas.

a) Monitoramento contínuo.

b) Avaliações periódicas.

II – Avaliações externas.

Para atender aos requisitos do Programa quanto às avaliações internas de monitoramento contínuo, a Audin-MPU divulgou o Relatório de Avaliações Internas 2022 que trata dos seguintes objetos no âmbito da Auditoria Interna:

- Indicadores de desempenho;
- Avaliação da qualidade das auditorias conforme Manuais;
- Avaliação realizada pelos auditores, após a conclusão dos trabalhos e
- Feedback de gestores e de partes interessadas.

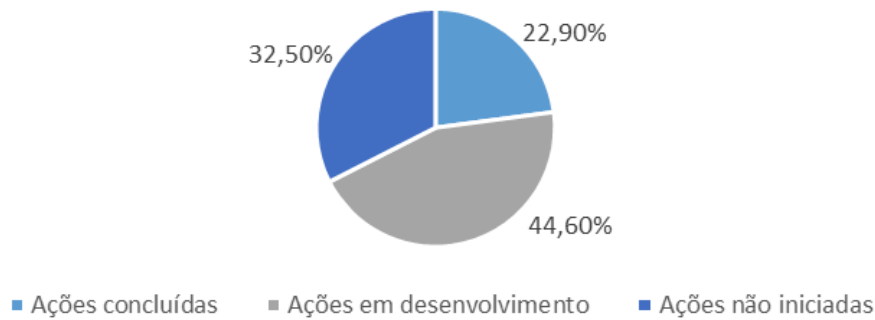
Avaliar a qualidade dos processos internos traz a possibilidade de identificar áreas de melhoria, as quais podem ser abordadas para aprimorar ainda mais a excelência operacional. A partir dos resultados obtidos, a Audin-MPU buscou adotar medidas corretivas e ações preventivas, com o objetivo de fortalecer a governança interna e garantir o cumprimento das políticas e regulamentações.

Em relação às Avaliações Periódicas, a Auditoria Interna realizou, em 2023, uma nova autoavaliação visando identificar sua capacidade da atividade de auditoria interna conforme o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna para o Setor Público – IA-CM (*Internal Audit Capability Model for The Public Sector*). Em setembro de 2023, foi divulgado o Relatório de Diagnóstico, o qual avaliou a eficácia das atividades de auditoria interna, levando em conta o progresso, os produtos desenvolvidos e as ações executadas. O relatório revelou que, embora vários Pontos-chave de Avaliação (KPAs) do Nível 2 tenham apresentado uma notável evolução em comparação a 2020, a Audin-MPU permanece no Nível 1 - Inicial.

Ainda com o propósito de alcançar os objetivos do PGMQ, houve a publicação do Relatório Anual de Capacitação e Treinamento 2022, bem como a divulgação dos Boletins de Capacitação trimestrais.

Em relação à Gestão Estratégica, em maio de 2023, foi publicado o 2º Monitoramento do Planejamento Estratégico da Audin-MPU 2021-2025 no qual foram demonstrados os resultados do segundo período de acompanhamento. Durante o período, foram iniciadas 56 ações das 83 previstas no planejamento estratégico, representando 67,5% dos resultados-chave. Dessas ações, 19 foram concluídas, totalizando 51,4% das ações iniciadas e 22,9% em relação ao total. Ressalta-se que todos os programas ainda estão dentro do prazo de conclusão pelo cronograma estabelecido.

DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PE 2021-2025



Na tabela constante do [Anexo](#) encontra-se o resumo do monitoramento das ações do Planejamento Estratégico da Audin-MPU realizado em maio de 2023.

ANEXO

ÁREA TEMÁTICA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMA ESTRATÉGICO	RESPONSÁVEL(S)	PRAZO ESTIMADO	% CONCLUÍDO	% EM DESENVOLVIMENTO	% NÃO INICIADO
Serviços e Papel da Auditoria Interna	OE 1 - Aprimorar a prestação dos serviços de auditoria de conformidade e de desempenho	PG 1.1 - Aperfeiçoamento do processo de auditoria	JÔSI / FLÁVIA	3 anos	7,7%	84,6%	7,7%
		PG 1.2 - Implantação de monitoramento	ÍTALO	3 anos	28,6%	14,3%	57,1%
	OE 2 - Implementar os serviços de consultoria	PG 2.1 - Implantação de consultoria	JOSÉ GERALDO	1 ano	62,5%	37,5%	0,0%
Gerenciamento de Pessoas	OE 3 - Identificar, atrair e reter pessoas com competências necessárias e habilidades relevantes à Audin-MPU	PG 3.1 - Implantação de gestão de competências	KAMILLA / YARA	2 anos	0,0%	33,3%	66,7%
	OE 4 - Desenvolver uma cultura de aperfeiçoamento contínuo das capacidades profissionais dos colaboradores da Audin-MPU	PG 4.1 - Aperfeiçoamento do processo de capacitação	KAMILLA / YARA	3 anos	63,6%	9,1%	27,3%
Práticas Profissionais	OE 5 - Desenvolver planos anuais da atividade de auditoria interna de forma alinhada aos interesses dos <i>stakeholders</i>	PG 5.1 - Integração de <i>stakeholders</i> no PAINT	ANDRÉ FELIPE	1 ano	0,0%	66,7%	33,3%
	OE 6 - Aprimorar a gestão de <i>compliance</i> da Audin-MPU	PG 6.1 - Institucionalização do Referencial Técnico da Audin	MARÍLIA	3 anos	0,0%	40,0%	60,0%

ÁREA TEMÁTICA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROGRAMA ESTRATÉGICO	RESPONSÁVEL(S)	PRAZO ESTIMADO	% CONCLUÍDO	% EM DESENVOLVIMENTO	% NÃO INICIADO
		PG 6.2 - <i>Compliance</i>	YARA	3 anos	0,0%	100,0%	0,0%
Gerenciamento do Desempenho e Accountability	OE 7 - Otimizar a gestão dos serviços prestados pela Audin	PG 7.1 - Aperfeiçoamento do planejamento institucional	GERSON	5 anos	33,3%	16,7%	50,0%
		PG 7.2 - Aperfeiçoamento do planejamento anual das atividades	MÁRCIA	3 anos	0,0%	80,0%	20,0%
Cultura e Relacionamento Organizacional	OE 8 - Consolidar a cultura de melhoria contínua	PG 8.1 - Melhoria contínua	YARA	5 anos	50,0%	50,0%	0,0%
Estruturas de Governança	OE 9 - Aprimorar o reporte da atividade de auditoria interna à alta gestão do MPU	PG 9.1 - Reporte estruturado	RONALDO Prazo: 2 anos	2 anos	0,0%	100,0%	0,0%
	OE 10 - Assegurar aos auditores o acesso pleno às informações, aos ativos e às pessoas da organização	PG 10.1 - Acesso pleno	FERNANDO	3 anos	25,0%	0,0%	75,0%
MÉDIA GERAL					22,9%	44,6%	32,5%



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **AUDIN-MPU-00000889/2024 RELATÓRIO**

.....
Signatário(a): **RONALDO DA SILVA PEREIRA**

Data e Hora: **02/05/2024 14:34:30**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **EDUARDO DE SEIXAS SCOZZIERO**

Data e Hora: **03/05/2024 16:28:52**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave e0c87f60.20c92125.eee409eb.e74c306b